



PROJETO
JUVENTUDE
EPREVENÇÃO DAVIOLÊNCIA

**Escolas
seguras**

01

**Novas abordagens sobre
prevenção da violência
entre jovens**

Realização:



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

Parceria estratégica:



O que é esta cartilha?

Sumário

O que é esta cartilha?.....	2
Juventude e prevenção da violência	4
Por onde começar?	7
Como fazer?	10
Saiba mais	37
Créditos e Ficha técnica	38

O envolvimento dos jovens brasileiros com a violência e, sobretudo, com a violência letal, é um problema grave, urgente e complexo. Aqueles que atuam no campo da segurança pública ou em áreas relacionadas à juventude se veem diante de muitos desafios, inúmeras perguntas e poucas respostas para enfrentar essa questão.

As soluções, de fato, não são simples. Mas há caminhos, e eles vêm sendo construídos, em todo o país, por pesquisadores, estudiosos, gestores do setor público e de projetos sociais, e jovens que se dedicam a entender a fundo o problema, formular e desenvolver ações inovadoras e eficazes.

Esta cartilha reúne conhecimentos teóricos e práticos para orientar e inspirar a realização de projetos de prevenção da violência entre jovens. Mais do que apontar receitas

e fórmulas replicáveis, este material pretende oferecer novos pontos de reflexão, sugerir perspectivas e modos de fazer compatíveis com o princípio de que segurança pública se faz com informação, integração e, acima de tudo, pautada pela garantia dos direitos dos cidadãos.

Produzida pela equipe do Instituto Sou da Paz, a cartilha faz parte do projeto *Prevenção da Violência entre Adolescentes e Jovens no Brasil: Estratégias de Atuação*, uma iniciativa do Ministério da Justiça (no âmbito das ações do PRONASCI, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania) que visa identificar, conhecer e promover estratégias de prevenção da violência entre adolescentes e jovens em todo o território nacional.

O Sou da Paz, parceiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Ilanud nesta empreitada, elaborou cinco cartilhas, que tratam dos seguintes temas: escola; polícia e juventude; cidade e espaços públicos; cultura de paz; e capacitação de gestores sobre juventude e prevenção da violência.

Cada cartilha foi produzida com o apoio de especialistas e apresenta experiências desenvolvidas em diversas regiões do país, além de uma seção (Saiba mais) com referências para se aprofundar nas discussões levantadas.

Esperamos, com estas cartilhas, contribuir para ampliar as iniciativas que buscam preservar a vida e a segurança da juventude.

Boa leitura!

Quais os Caminhos para Desenvolver Ações de Prevenção da Violência Entre Jovens?

Desde a década de 1990, vem ocorrendo no Brasil um fenômeno demográfico conhecido como “onda jovem”. Cerca de 26% da população se encontra na faixa de 15 a 29 anos – é o maior contingente jovem em toda a história do país, o que poderia representar um fenômeno extremamente positivo. Contudo, os jovens são o grupo mais afetado pela violência. A exposição da juventude brasileira à violência significa que os jovens são as maiores vítimas e também os mais frequentes autores dos homicídios, além de estarem envolvidos na prática de outros crimes, o que aponta a necessidade de políticas públicas direcionadas a esse segmento.

Para construir tais políticas, é essencial superar as concepções que têm polarizado, nas últimas décadas, o debate sobre o enfrentamento da violência no Brasil. De maneira resumida, há uma divisão entre aqueles que entendem a violência não como um problema em si, mas como resultado das mazelas sociais – e, portanto, que sua solução dependeria exclusivamente da resolução desses problemas –, e aqueles que veem na violência uma manifestação do descontrole e do desrespeito à ordem, sendo por isso um problema exclusivo do aparato repressor do Estado.

Assim estabelecido, o debate possibilitou que setores mais progressistas e ligados às causas sociais se distanciassem da construção de uma agenda de segurança pública. Em contrapartida, ganhou força, entre a opinião pública e setores mais conservadores, a valorização de políticas com foco exclusivo na repressão, ou seja, nas respostas do Estado aos atos criminais. Na prática, isso significou a defesa de políticas de encarceramento, de penas mais duras e de uma ação mais vigorosa por parte da polícia. Segundo essa concepção, até mesmo os pro-

1. Vale apontar que esse não é um fenômeno exclusivo do Brasil; em todo o mundo, os jovens são o grupo mais envolvido com a violência, seja como vítima, seja como autor.

jetos sociais, esportivos ou culturais teriam sua função limitada a manter a juventude “ocupada e afastada das ruas”, como se todos os jovens representassem um perigo potencial.

A tarefa de promover a segurança pública deixa de ser voltada para a defesa do Estado e volta-se para o cidadão.

Esse modelo, que norteou as discussões e as políticas de redução do envolvimento dos jovens com a violência, não tem funcionado. Além de não ser eficaz na melhoria dos índices criminais, representou, muitas vezes, uma afronta aos princípios democráticos e só aumentou a distância entre a população e os formuladores e executores de políticas de segurança. Por isso, desde o final da década de 1990, tem se desenvolvido uma nova concepção, que busca apontar outros caminhos para dar conta dos desafios existentes e vem se consolidando como o *novo paradigma da segurança pública*.

E o que traz de novo esse paradigma? Um de seus pressupostos é o de que segurança pública é um direito dos cidadãos e responsabilidade de todos. A tarefa de promover a segurança pública deixa de ser voltada para a defesa do Estado (e, portanto, do combate àqueles que o afrontam) e volta-se para o cidadão. Além disso, abre-se o leque dos atores responsáveis pela formulação e pela execução das políticas nesse campo, deixando de se limitar à polícia e aos órgãos do sistema de justiça criminal. E abrem-se perspectivas de participação das organizações não governamentais e dos cidadãos.

Outro ponto crucial ao novo paradigma é a ideia de que as ações de repressão são necessárias, porém o combate à violência será mais eficaz quanto mais houver a combinação de estratégias de prevenção. E nesse sentido, mais do que a simples junção de ações de cunho social (que em tese teriam caráter preventivo) com ações repressivas orientadas pelo modelo anterior, é preciso qualificar as ações tanto no campo da repressão quanto no da prevenção.

Em relação ao trabalho repressivo, deve-se investir em ações pautadas pela inteligência e pela legalidade; em relação à prevenção, é preciso superar a ideia de que qualquer ação que busque combater a exclusão social e garantir o acesso a direitos é uma ação que previne a violência. Um projeto cultural, esportivo ou educacional para jovens de determinada comunidade não pode ser considerado de prevenção da violência pelo simples fato de ser realizado em uma comunidade com altos índices de homicídios ou porque a atividade “ocupa o jovem e o afasta da criminalidade”. O projeto deve existir porque a cultura, o esporte ou a educação são importantes para sua formação e são direitos garantidos a todos os jovens, independentemente de sua origem social.

Diferenciar as iniciativas de garantia de direitos dos projetos que têm intenção e foco na prevenção da violência é essencial, inclusive para medir o impacto e a eficácia das ações. É provável que, ao serem realizadas em territórios afetados pela violência (na maioria dos casos, comunidades marcadas por altos índices de exclusão social), as ações sociais tenham um impacto no envolvimento de grupos vulneráveis à violência. Mas se o projeto não tem a clara intenção de interferir nas dinâmicas da violência, nos fatores que levam o jovem a se envolver, esse será um “efeito colateral”.

Mas como fazer tal distinção? Um primeiro passo é escapar do senso comum e de concepções que associam automaticamente exclusão a violência e juventude a situação de risco. Além disso, é preciso realizar um diagnóstico da realidade local, que contemple informações sobre os autores, as vítimas e as condições em que acontecem as manifestações de violência: o que está por trás das brigas, o que potencializa homicídios, quais as características comuns aos jovens envolvidos? Com base nessas informações, é possível planejar ações que atuem diretamente nas causas e dinâmicas da violência.

Não é um caminho fácil nem existem respostas prontas, soluções mágicas, ou medidas que vão, sozinhas, dar conta do problema. Mas quanto mais associadas a um diagnóstico e quanto mais forem pensadas e trabalhadas de forma integrada com outras estratégias, mais eficazes serão. Esse é um caminho que acreditamos ser possível e que pretendemos incentivar com estas cartilhas.

Por onde
começar?

Escola e Prevenção da Violência Entre Jovens

A escola é um local de sociabilidade e convivência entre diferentes. Em seu espaço, circulam e relacionam-se estudantes, funcionários, professores, membros da direção e moradores dos bairros do entorno, de origens social, econômica, cultural e faixa etária distintas. Na escola, também são construídos e compartilhados identidades, saberes e valores definidores da construção da cidadania e da vida em sociedade.

Como consequência do encontro de diferentes, observa-se o surgimento de antagonismos que, transformados em conflitos, podem ou não assumir formas violentas. E, nesse ponto, o que chama a atenção e preocupa os pesquisadores, autoridades públicas, organizações não governamentais e, principalmente, aqueles que convivem diretamente com esse fenômeno é o alto número de casos de violência ocorridos nas escolas brasileiras, que atingem todas as camadas sociais, sendo os jovens, sobretudo, as principais vítimas e protagonistas.

A violência nas escolas está associada a múltiplos fatores, tanto internos (sistema de normas e regras, quebra dos pactos de convivência, desrespeito entre funcionários e alunos e vice-versa, ausência de um ensino mais qualificado, carência de recursos) como externos (agravamento das exclusões sociais, raciais e de gênero, perda de referencial entre os jovens, desestruturação familiar). Por isso, as alternativas à violência instaurada nas escolas devem envolver diversas estratégias e atores responsáveis, ainda mais porque cada instituição convive com questões e dilemas específicos de sua própria realidade. Assim, os caminhos não devem se apoiar em receitas prontas ou em uma única solução capaz de resolver todas as demandas.

De maneira geral, o entendimento do problema da violência nas escolas – e as medidas propostas para enfrentá-lo – costuma se circunscrever aos casos de violência física e delituosa, como furtos, uso de drogas e porte de armas, sem considerar todas as outras dimensões da violência que acontecem no ambiente escolar e têm relação direta com os casos mais graves. Outras situações, como a criação de normas e regras, as relações sociais estabelecidas entre os atores (aluno-aluno, aluno-professor, professor-professor, professor-direção, professor-família) e destes com o espaço, também interferem no cotidiano escolar e devem ser repensadas.

As respostas aos problemas tendem a se basear em estratégias exclusivamente reativas e repressivas, como o fechamento da escola, a instalação de câmeras, detectores de metais e outros mecanismos de vigilância e controle, além da solicitação, algumas vezes desnecessária, da presença policial. Tais medidas raramente se mostram eficazes para evitar a ocorrência de novos delitos e não promovem mudanças na forma como as relações estão estabelecidas no espaço escolar, gerando mais conflitos violentos e chocando-se com a concepção da escola: um espaço de todos, da democracia, da diversidade e da integração.

Na discussão sobre violência nas escolas, é comum buscar um único responsável pelo problema e, portanto, por sua solução: a escola culpa a família, a família diz o mesmo da escola, que por sua vez aciona a polícia ou utiliza recursos repressivos e baseados na exclusão para resolver os conflitos violentos e os casos de indisciplina. Se a violência é um problema tão multifacetado, por que delegar sua solução a uma única instituição? E por que esperar que essa solução seja pautada somente no fortalecimento do controle e da fiscalização, sem considerar a construção de uma cultura e de valores que estimulem a convivência pacífica e democrática na escola?

**O fenômeno de violências
nas escolas está
associado a múltiplos
fatores de ordem interna
e externa.**

Esta cartilha pretende contribuir para a reflexão sobre a relação entre escola e prevenção da violência entre jovens, acreditando que o espaço escolar é um lugar estratégico e privilegiado para se trabalhar na perspectiva da prevenção da violência. A escola pode ser palco de experiências de prática cidadã com enorme potencial para a formação de lideranças e a construção de formas pacíficas de relação social e de promoção dos direitos.

Para tanto, esta cartilha fornecerá subsídios conceituais e práticos que possam:

- **abordar os principais conflitos e manifestações de violência existentes nas escolas,**
- **discutir as principais relações estabelecidas entre os diferentes atores escolares (instituição, estudantes, professores, direção e equipe técnica, funcionários, família e comunidade) e as responsabilidades no desenvolvimento de ações de prevenção da violência e convivência pacífica nas escolas,**
- **fazer recomendações e sugerir estratégias e experiências realizadas em comunidades marcadas por altos índices de violência, pautadas na resolução pacífica de conflitos, no diálogo e na participação.**

Assim, esperamos que as sugestões e práticas descritas contribuam para gerar ações e projetos de prevenção da violência e promoção da convivência pacífica nas escolas.

Como fazer?

Estratégias de Prevenção das Violências nas Escolas

As manifestações de violência nas escolas diferem de uma instituição para outra. As estratégias de prevenção da violência e de promoção de convivência pacífica devem, portanto, ser pensadas para cada caso específico, de acordo com a realidade de cada escola. Entretanto, com base em pesquisas feitas em escolas das metrópoles brasileiras que obtiveram êxito em suas propostas, foi possível observar princípios comuns que nortearam as ações.

- Apoio e participação de todos os membros da comunidade escolar – direção e equipe técnica, funcionários, estudantes, professores, família e comunidade – na realização do diagnóstico dos problemas da escola, no planejamento, na execução e na avaliação das ações.
- Estratégias baseadas no diálogo, que levam em conta a valorização das respostas coletivas e a divisão de responsabilidades entre todos os atores escolares.

Com base nesses princípios, nas ações dentro e fora do Brasil e na dinâmica da vida escolar, indicamos a seguir temas e estratégias que podem contribuir para promover a convivência pacífica nas escolas.

Construção Coletiva das Normas e Regras de Convivência Escolar

As normas e regras são preceitos fundamentais para o convívio social em qualquer instituição onde pessoas com visões e perfis distintos se relacionam. Elas tanto podem ser positivas no estabelecimento de uma convivência harmoniosa quanto desencadeadoras de situações violentas.

Nas instituições escolares isso não é diferente: respeito aos horários, observância a regras de comportamento em sala de aula e no pátio, uso do espaço físico fora do horário de aula, entre outras, são questões que requerem um conjunto de regulamentos para que haja um melhor aproveitamento e respeito entre todos. O papel desempenhado pela instituição escolar, suas normas, regras e esferas de poder influenciam diretamente a convivência e o clima estabelecido em seu ambiente.

Ao não envolver representantes dos diferentes segmentos da comunidade escolar na discussão e na concepção dessas normas, elas se tornam frágeis e acabam sendo descumpridas, pois muitos não entendem ou não veem sentido na sua existência. Assim, a escola perde o apoio para legitimar e fazer valer os direitos individuais e coletivos. O vácuo deixado por essa perda gera disputas de poder entre direção e estudantes, professores e estudantes, estudantes e estudantes, funcionários e estudantes e até entre a escola e os moradores do entorno.

Para determinados desvios de conduta, será mesmo necessário utilizar sanções. No entanto, para que elas sejam legítimas, suas regras devem ser claras e transparentes e não devem excluir o diálogo entre as partes envolvidas.

Uma das formas de criar condições para que os representantes de todos os segmentos da comunidade escolar participem e se envolvam na construção de regras de convivência, são os mecanismos de gestão da própria escola como, por exemplo, o Conselho de Escola e a Associação de Pais e Mestres, ou a criação de outros fóruns participativos.

Dicas:

- Realizar as reuniões no espaço e horário mais favoráveis à participação.
- Envolver e motivar a participação de todos os membros da comunidade escolar (familiares, alunos, professores e funcionários), dando atenção àqueles que estão distantes ou indiferentes.
- Estabelecer as diretrizes da escola com base na “economia normativa”, ou seja, manter as regras que são realmente indispensáveis, acompanhadas da discussão intensiva das normas com todos os atores relacionados ao ambiente escolar.
- Organizar os encontros não apenas para divulgar informações, mas para que sejam um espaço de discussão e troca de ideias, saberes e propostas.
- Criar formas de disseminação dessas regras e normas entre toda a comunidade escolar.

Conselho de Escola

Instituição formada por pais, representantes de alunos, professores, funcionários, membros da comunidade e diretores de escola. Apresentam funções deliberativas, consultivas e mobilizadoras, fundamentais para a gestão democrática das escolas públicas. Principais atribuições:

- zelar pela manutenção da escola e monitorar as ações dos dirigentes escolares a fim de assegurar a qualidade do ensino;
- estabelecer regras transparentes e democráticas de eleição dos membros do conselho e das normas e regulamentos internos.

Como criar ou fortalecer o Conselho de Escola

Programa Nacional de Fortalecimento de Conselhos de Escola:

<http://portal.mec.gov.br>

<http://objetoseducacionais2.mec.gov.br/handle/mec/848> (áudio)

Vale ler!

Educar para a Convivência: a gestão de conflitos na escola, de Maria Isabel da Silva Leme. Artigo disponível na Revista Educação Grandes Temas – Violência e Indisciplina. Editora Segmento, 2007.

Vale assistir!



Pro Dia Nascer Feliz, de João Jardim. Brasil, 2006. Flagra o dia a dia de alunos e professores em seis escolas de Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro. As entrevistas são intercaladas com seqüências de observação do ambiente das escolas (salas de aula, pátios, conselho de classe).

Escola e a Rede de Proteção Social

A escola não é uma instituição isolada, desconectada do contexto social na qual está inserida. Muitos dos problemas sociais presentes nas comunidades do entorno acabam, direta ou indiretamente, refletindo no cotidiano da vida escolar. Por esse motivo, ela não deve se ausentar de sua responsabilidade na formação de seus estudantes também em aspectos da vida social. Como ela não é capaz, por si só, de dar conta dessa variedade de demandas, deve integrar a rede de proteção social local para dividir responsabilidades e compartilhar formas de resolução de problemas comuns.

Estratégias:

- Mapear possíveis instituições parceiras, como equipamentos de saúde, assistência social e educação, associações de bairro e religiosas, conselho tutelar, Ministério Público, ONGs, Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- Conhecer as atribuições legais e os trabalhos desenvolvidos por essas instituições para que a responsabilidade de cada uma seja devidamente estabelecida e não haja sobreposição de funções.
- Convidar as instituições parceiras para participar do planejamento das atividades da escola.
- Participar de reuniões e ações de fóruns locais, municipais e redes sociais.

Você sabia?

Em Porto Alegre, no ano 2000, foi promulgada a Lei Municipal nº 8.541 que instituiu o Programa de Prevenção da Violência nas escolas da rede municipal de ensino. Além disso, foi criado o *Fórum Municipal de Prevenção da Violência*, integrado por diversos representantes: Ministério Público, Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e associações da sociedade civil. Esse fórum promoveu eventos e atividades, entre elas a formação de oficinas destinadas a gerir os conflitos a fim de capacitar profissionais da rede a desenvolver novas ações nas unidades escolares.

Leia mais:

<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/507965/lei-8541-00-porto-alegre-rs>

<http://www.educacionenvalores.org/10-pontos-para-a-prevencao-da.html>

Polícia e Guardas nas Escolas

A presença e a atuação das polícias e guardas municipais nas escolas não são um consenso entre a comunidade escolar. Para alguns, é a alternativa mais viável para os problemas de violência. Outros, ao contrário, criticam sua atuação, reconhecendo os limites dos agentes de segurança pública e valorizando a atuação do corpo escolar.

Apesar de ser uma questão delicada, algumas estratégias e recomendações podem ser adotadas para a discussão da entrada ou não dos agentes de segurança pública no ambiente escolar. Veja na página seguinte nossas dicas.

Dicas:

- Acionar a polícia apenas em casos de crime e atos qualificados no Código Penal (como extorsão, roubos, furtos, tráfico de drogas, porte de armas etc.) e não para resolver conflitos dentro dos muros da escola. A instituição educacional precisa criar estratégias pedagógicas para resolver problemas como brigas, agressões e insultos, uma vez que esses conflitos podem ter sido gerados pela ausência de limites mais claros entre os direitos e deveres dos atores da comunidade escolar.
- Aproximar policiais, guardas e comunidade escolar em discussões sobre temas pertinentes ao ambiente escolar, como cuidados com o espaço, atividades de lazer e cultura, uso de drogas, procurando desenvolver ações conjuntas com foco na prevenção da violência e na promoção da convivência.
- Contar com um policiamento preventivo e comunitário que iniba as violências nos arredores das escolas.

Você sabia?

O projeto Polícia e Escola, coordenado pelo Instituto Sou da Paz e ILANUD, realizou um curso sobre o papel e a atuação dos policiais nas escolas.

Os materiais estão disponíveis em:

<http://www.soudapaz.org/aproximacaopoliciaecomunidade>

Programa Anjos da Escola

Em outubro de 1996, o 22º batalhão da PM de Belo Horizonte propôs estratégias de proteção às escolas circunscritas à sua área de ação, conclamando diretores, professores, pais, alunos e outros representantes da comunidade para participar da implantação de um programa que ficou conhecido como “Anjos da Escola”. Seu objetivo era proteger as escolas para a “melhoria das condições de ensino e aprendizagem”, o que significa, de certa forma, uma percepção de que a segurança é um dos itens necessários para que se desenvolvam ações educativas na escola.

O programa abre-se para intervenções não restritas ao âmbito escolar, procurando abranger seu entorno. As atividades de proteção englobam a melhoria do sistema público de iluminação próximo da escola, a otimização da segurança do trânsito, um melhor acesso às escolas mediante a desobstrução das ruas utilizadas para o deslocamento dos alunos e a limpeza dos lotes ao redor das escolas.

A iniciativa do 22º batalhão levou à adoção de políticas mais amplas e abrangentes. Foi com base nela se criou o primeiro banco de dados oficiais para coletar informações sobre a violência escolar no Estado de Minas Gerais, ou seja, a iniciativa deixou de ser do batalhão para se incorporar à Secretaria de Segurança Pública.

Leia mais:

Iniciativas Públicas de Redução da Violência Escolar no Brasil. Luis Alberto Gonçalves Oliveira e Marília Pontes Sposito. Cadernos de Pesquisa, n. 115, 2002.

Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742002000100004&script=sci_arttext&tlng=es

Ressignificação do Uso do Espaço Escolar

Os atos de vandalismo, como depredações de carteiras e lousas, banheiros sujos e pichações figuram entre os principais problemas relatados pelas escolas, e são uma das causas de maior desperdício de recursos públicos destinados à educação. Equipamentos destruídos ou em mal estado no interior e no entorno da unidade escolar – como ponto de ônibus, iluminação e até faixa de pedestre mal conservada ou sem sinalização – afetam a segurança e o bem-estar das pessoas.

Mudanças nos ambientes físicos geram transformações de atitudes e comportamento: as pessoas passam a valorizar e também a cuidar do espaço contribuindo para sua conservação.

As estratégias para promover a resignificação do uso do espaço estão calcadas em uma proposta pedagógica que pretende recuperar ou construir entre os participantes da vida escolar o sentimento de pertencimento àquele local e, portanto, maior cuidado e proteção.

Estratégias:

- Realização de obras de infraestrutura e recuperação dos materiais e equipamentos depredados da escola com participação de estudantes, familiares, moradores do bairro, funcionários e professores.
- Solicitar aos órgãos públicos responsáveis a reforma dos equipamentos danificados.
- Negociar e propor regras conjuntas para utilização dos equipamentos escolares, como a quadra poliesportiva, entre estudantes na hora do intervalo e moradores no horário extra-aula.
- Propor atividades entre jovens que valorizem expressões artísticas como grafite, muralismo e pinturas em lugar da pichação.

Gestão Inovadora: Direção, Equipe Técnica e Funcionários

No cotidiano das escolas é comum encontrar o diretor exercendo uma variedade de funções e papéis. Ao mesmo tempo em que é responsável por responder pelas obrigações de ordem administrativa, foca sua atenção nos conflitos existentes no âmbito escolar.

Mas não cabe apenas ao diretor resolver todos os problemas que acontecem na escola, ser o único responsável por todos os conflitos estabelecidos na relação entre os atores ou apenas delegar para outros. Cabe à direção estar preparada para criar condições que atribuam a todos a corresponsabilidade de forma consciente, partilhada e solidária.

A direção conta com uma equipe técnica e um corpo de funcionários para tratar de questões administrativas, burocráticas e mesmo de caráter relacional. Nesse ponto há outro problema, pois nem sempre eles estão capacitados para lidar e atender o público, como, por exemplo, os jovens e familiares. Os funcionários e a equipe técnica são vistos em muitos casos pela família, estudantes e comunidade como os responsáveis diretos pelo cumprimento das regras e normas. E, por esse motivo, é comum que os conflitos e tensões surjam dessa relação.

Outro aspecto é a maneira como o diretor exerce sua autoridade na relação com professores, comunidade e estudantes. Em inúmeros relatos constata-se um distanciamento e uma falta de diálogo entre o corpo diretivo, de um lado, e alunos, comunidade e até professores, do outro. Para alguns estudantes, a diretoria não somente deixa de reconhecê-los como sujeitos de direitos, mas desprezita suas representações e desconsidera suas percepções.

A autoridade da direção só será legítima e respeitada se houver a participação de outros membros na construção da gestão escolar, nas regras e normas, conforme abordamos, incluindo no currículo escolar temas que desenvolvam competências para a vida social.

Estratégias:

- Disposição do diretor para assumir um papel articulador dos diferentes atores do espaço escolar (professores, funcionários, alunos, familiares e outros atores) de forma a mobilizá-los para a mudança de situações críticas e a construção de projetos coletivos.
- Estabelecer mecanismos de aproximação e diálogo entre todos os atores da comunidade escolar.
- Inserir no Projeto Político Pedagógico e Horário de Trabalho dos Professores temas como cultura de paz, prevenção da violência, mediação de conflitos e formas de combater discriminações.
- Oferecer cursos de capacitação específica de funcionários, direção e equipe técnica para lidar com jovens e comunidade com foco na resolução pacífica de conflitos e convivência escolar.
- A direção e a equipe técnica da escola devem criar condições para identificar os alunos com dificuldades de aprendizagem e de sociabilidade e intervir antes que os conflitos se concretizem.

Projeto Corre Beco

Desenvolvido no Colégio Estadual Renan Baleeiro (Salvador – BA), o Projeto Corre Beco foi idealizado pela vice-diretora e desenvolvido de forma interdisciplinar pelos professores, alunos, funcionários e direção. Tem como objetivo dar oportunidade aos alunos de conhecer e valorizar sua comunidade, sua cultura, sua identidade, sua história, assim como a diversidade do patrimônio natural e do histórico étnico-cultural, contextualizando esses conhecimentos para permitir maior possibilidade de inserção, intervenção e transformação social.

Antes do projeto, a direção da escola mudou quatro vezes em um período de seis meses. A relação com a comunidade era bastante conflituosa e os policiais estavam presentes o tempo todo na escola.

O primeiro passo para mudar esse clima foi construir uma proposta pedagógica baseada em metodologia de arte-educação. Como a comunidade escolar era quase em sua totalidade formada pela população afrodescendente e a escola está localizada em área remanescente de Quilombo, optou-se por focar na questão da identidade. Outra ação foi uma conversa com o batalhão de polícia para que a presença policial constante fosse substituída por uma ronda escolar. Foram firmadas parcerias com instituições de ensino superior, ONGs e poder público para desenvolver atividades de extensão para todas as faixas etárias em temas como gravidez na adolescência, gênero e diversidade, linguagens, códigos e suas tecnologias. Por fim, contratou-se uma terapeuta que realizou um trabalho com os professores, funcionários e direção tratando de autoestima, afetividade, estresse e inter-relações.

Segundo representantes da instituição, os principais resultados dessa iniciativa foram: elevação da autoestima da direção, professores, funcionários e estudantes; melhoria do ensino e da aprendizagem e elevação dos índices de aprovações; diminuição da evasão escolar, de licenças e atestados médicos por professores e funcionários, e da gravidez na adolescência; maior afetividade entre professores, alunos e funcionários e com a escola; busca por maior qualificação profissional (pós-graduações, cursos, capacitações, congressos) e participação dos adolescentes em fóruns.

Você sabia?**Projeto Político Pedagógico**

É uma ação intencional e um compromisso definido coletivamente, que se relaciona a duas dimensões. A primeira é política, porque articula o compromisso sociopolítico aos interesses da comunidade. A segunda define as ações educativas. Nesse sentido, considera-se o PPP um processo permanente de reflexão e discussão de problemas escolares, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade, propiciando a vivência democrática necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar e o exercício da cidadania.

Valorização da Representatividade Estudantil

A escola desempenha um papel marcante na história de vida dos jovens. No cotidiano escolar, uma multiplicidade de experiências é vivida e compartilhada entre os jovens e com professores, diretores e funcionários. Exerce também uma função fundamental na formação individual e social dos jovens, na construção de sua personalidade e identidade.

Como parte integrante e indissociável desse cotidiano devemos considerar os variados processos de conflitos e cooperação entre os jovens e destes com o mundo adulto.

Estudantes e a Escola

Em muitos casos, a frustração que o aluno estabelece com a escola está na não realização de suas expectativas diante daquilo que é oferecido pela instituição, tanto no que se refere aos conteúdos formais como na maneira pela qual suas opiniões são recebidas e tratadas pela diretoria, professores e funcionários. Sua vontade é ser protagonista, fazer ouvir sua voz e ter espaços para mostrar e desenvolver suas capacidades. A escola pre-

cisa levar tais desejos e sentimentos em consideração e oferecer ao aluno diferentes oportunidades de realização.

Muitas vezes esses embates significam um choque de interesses e visões. Observa-se, por exemplo, uma contradição entre o que professores e membros da direção acham que deve ser – ou o que é aceito socialmente – e a realidade, ou seja, os interesses dos estudantes e as suas maneiras de ser e se comportar, negando e proibindo, portanto, símbolos específicos dessa fase da vida. Um exemplo comum é a proibição de certos itens e formas de vestimenta típicos da juventude.

Uma das maneiras de enfrentar tais dificuldades é incentivar e valorizar a organização dos estudantes na escola, criando e/ou fortalecendo canais de participação como, por exemplo, grêmios estudantis.

O grêmio estudantil é a organização que representa os interesses dos estudantes na escola, permitindo que os alunos discutam, criem e fortaleçam inúmeras possibilidades de ação, tanto no próprio ambiente escolar como na comunidade. O grêmio é também um importante espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e de luta por direitos. Contribui para aumentar a participação dos estudantes nas atividades de sua escola, junto com pais, funcionários, professores, coordenadores e diretores – da programação à construção das regras dentro da escola.

Você sabia?

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Com base nela, estão garantidas a criação de pelo menos duas instituições: a Associação de Pais e Mestres e o Grêmio Estudantil, cabendo à direção da escola criar condições para que os alunos se organizem no Grêmio Estudantil. A lei determina ainda a criação do Conselho de Classe e Série.

Formação de Grêmios Estudantis

Entre 2001 e 2005, o Instituto Sou da Paz realizou oficinas de formação de grêmios estudantis em escolas públicas de regiões da cidade de São Paulo com altos índices de violência. As oficinas abordaram noções de cidadania, direitos humanos, mobilização e questões práticas sobre formação de chapas, eleições e gestão dos grêmios.

Além de criar espaços de participação de adolescentes e jovens no ambiente escolar, a experiência trouxe mudanças na relação dos participantes com a escola e nas formas de resolver conflitos, além de ter impactado suas escolhas e projetos de vida. O projeto foi reconhecido pelo Unicef como uma referência em ações focadas na juventude.

Leia mais:

<http://www.soudapaz.org/formacaodegremios>

Outro caminho para aproximar os jovens do universo escolar é criar instrumentos que considerem as trajetórias individuais dos alunos no planejamento de projetos pedagógicos e atividades de ensino-aprendizagem, elaborando oficinas e debates sobre temas de interesse dos próprios alunos que os estimulem a pensar como um grupo digno de ter suas opiniões respeitadas e levadas em consideração.

Relação entre os Jovens

A convivência e a sociabilidade entre estudantes jovens são permeadas por relações conflituosas dos mais diversos tipos, que podem estar, de um lado, vinculadas a problemas graves como agressões verbais, físicas, humilhações (*bullying* e *cyberbullying*), discriminação e homofobia. Por outro lado, há maneiras de se relacionar típicas da adolescência/juventude que não podem ser vistas a priori como problemáticas. Em uma pesquisa coordenada por Miriam Abramovay (estudiosa da área) em escolas da rede pública do Distrito Federal, percebeu-se que algumas ações como a criação de apelidos, que assumem um tom de graça, acabam por criar laços de amizade e não necessariamente potencializam atos violentos.

Cabe, portanto, aos atores escolares identificar as relações potencialmente capazes de tornar o ambiente mais propício a conflitos violentos e propor regras de convivência com a participação de todos, inclusive os jovens não matriculados na escola, mas frequentadores do seu espaço.

Já com relação às brigas e xingamentos entre alunos, deve-se discutir os casos abertamente, mostrando a possibilidade de resolução de conflitos por meio do diálogo e de técnicas específicas, como é o caso da mediação de conflitos.

Outra questão importante são os pequenos grupos formados por afinidades culturais, de gênero, etnia etc., parte inegável da construção de suas identidades e formas de se relacionar com o mundo. O que acontece em muitos casos são brigas entre esses grupos. A escola deve então promover a interação e a socialização entre os diversos grupos formados nas escolas, estimulando o respeito às diferenças.

Você sabia?

Bullying: abuso ou constrangimento físico ou psicológico, intencional e repetitivo, sem motivação evidente, contra alguém que tem dificuldade de se defender. Um comportamento frequente de *bullying* nas escolas é o uso sistemático de apelidos humilhantes ou preconceituosos, xingamentos, desenhos, ofensas morais, verbais e sexuais no relacionamento entre alunos ou entre professores e alunos. Os pais podem contribuir para o surgimento dessa conduta quando são tolerantes ou permissivos em relação ao comportamento agressivo dos filhos, ou quando usam frequentemente o poder e a violência para controlar as crianças e os adolescentes.

Cyberbullying: envio ou postagem de material nocivo ou participação em alguma forma de agressão social usando a internet ou outras tecnologias digitais.

Mediação de Conflitos na Escola

A mediação é a intervenção de um terceiro – um especialista – no conflito entre duas partes que não alcançam, por si mesmas, um acordo nos aspectos necessários para restaurar uma comunicação. É importante o reconhecimento da responsabilidade individual no conflito.

Tal prática pode ser instaurada no interior da escola, em especial nos próprios grupos de alunos, a fim de criar responsabilidades e tentar satisfazer as necessidades dos jovens mediante o desenvolvimento de um ambiente solidário, humanista e cooperativo. O mediador pode ser um ou dois alunos, um professor, alguém respeitado na comunidade escolar. Ele pode ser escolhido democraticamente, passar por uma prova, ou ser indicado pelo corpo docente como apto para realizar o papel de mediador.

Essa técnica implica uma escuta atenta, uma troca de pontos de vista e o desenvolvimento de técnicas de cooperação e negociação. A vantagem da mediação sobre outros métodos é que se chega pacificamente a um acordo que satisfaz as partes envolvidas no conflito, uma vez que foi alcançado pelos próprios interessados na questão. A maioria dos alunos prefere ser julgada por seus colegas do que por uma instituição, quando o problema não é de natureza penal.

Leia mais:

- *Mediação de Conflitos*. Marina Alcalay. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Estado da Educação. Ritla, 2009

- *Cartilha de Mediadores: como montar este projeto na minha escola?*

Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/exposicoes/sociedade/publicacoes/noos/proj_esc_azul.pdf

Relação entre Estudantes e Professores

Segundo pesquisa coordenada por Miriam Abramovay, realizada em instituições escolares da rede pública do Distrito Federal, um indicativo de bom clima escolar segundo os

estudantes é a relação de afeição, confiança, amizade e respeito estabelecida entre eles e os professores.

Na sala de aula, há situações em que se desenrolam intrincados processos de negociação entre alunos e professores que muitas vezes acabam em xingamentos, desrespeito e até agressões. Grande parte delas encontra sua origem nas relações de poder estabelecidas em sala de aula, marcadas pela diferença de papéis. O professor é uma autoridade e deve ser respeitada como tal. No entanto, ele não pode esquecer de seu papel, tornando-se promotor de violência, como vemos em casos de humilhações de alunos ou na construção unilateral de regras de convivência na sala de aula, que apenas os alunos devem respeitar. Isso é um sintoma claro de perda de comunicação e diálogo entre as duas partes.

Vale assistir!



Entre os Muros da Escola (*Entre les Murs*). França, 2008. Direção de Laurent Cantet. Baseado em livro homônimo de François Bégaudeau, em que relata sua experiência e seus conflitos como professor de francês em uma escola de ensino médio na periferia parisiense, lugar de mistura étnica e social.

Portanto, uma das primeiras ações para se obter um ambiente harmonioso é criar regras de convivência dentro da sala de aula pactuadas por todos, em que o limite e o papel de cada um é previamente estabelecido. Para assegurar que tais normas sejam cumpridas por todos, vale divulgá-las e, sempre que oportuno, resgatá-las.

Outra ação está na criação e/ou fortalecimento do Conselho de Classe. O Conselho reúne supervisores, orientadores, professores e alunos para discutir a aprendizagem, seus desempenhos e avaliações. No conselho de classe, mais do que saber se o aluno será aprovado ou não, objetiva-se encontrar os pontos de dificuldade tanto do aluno quanto da própria instituição de ensino. Dessa forma, busca-se a reformulação nas práticas escolares com base nas reflexões geradas pela discussão em conselho de classe. Além disso, compartilham-se informações sobre a classe e sobre cada aluno para embasar a tomada de decisões e melhorar o processo de ensino-aprendizagem.

Projeto Bolo com Coca

Sob a coordenação de um professor de uma escola do Distrito Federal, são promovidas conversas com estudantes sobre temas previamente estabelecidos. Para possibilitar a participação dos alunos, as atividades ocorrem em diversos turnos e horários, que não os das aulas.

O nome “Bolo com Coca” deve-se ao fato de, durante os encontros, a direção da escola oferecer uma mesa com comida e refrigerante, contribuindo para o clima informal do evento.

Leia mais:

A experiência foi mencionada no livro *Escolas Inovadoras: Experiências bem-sucedidas em escolas públicas*. Miriam Abramovay (coordenação). UNESCO, Ministério da Educação, 2004.

Estudantes em Liberdade Assistida

A liberdade assistida é uma medida socioeducativa que prevê a reinserção social de adolescentes e jovens que cometeram atos infracionais. Por lei, uma de suas atividades obrigatórias é frequentar as aulas em escolas públicas, com o acompanhamento de um orientador, que, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei 8.069/90), deve promover socialmente o adolescente e o jovem com sua família e a comunidade, supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar, agenciar sua formação profissional e sua inserção no mercado de trabalho, e apresentar relatório sobre o caso.

Os desafios são a integração e a participação desses adolescentes e jovens na vida escolar. Há dificuldades na relação cotidiana estabelecida com outros membros da escola. Muitas vezes, os estudantes em liberdade assistida são vistos como bandidos ou aqueles que vão minar as relações saudáveis e atrapalhar os outros alunos. Além disso, constata-se a ausência ou a dificuldade do acompanhamento por parte do orientador, a falta de conhecimento sobre as atribuições e responsabilidades desse jovem por parte dos docentes e da equipe técnica da escola e vice-versa.

Recomendações para que esses estudantes sejam inseridos no ambiente escolar:

- Descriminalizar a visão que se tem desses estudantes por parte dos professores, da direção e dos próprios colegas, por meio da discussão nas escolas sobre liberdade assistida.
- Capacitar os docentes e a direção sobre o papel de cada instituição pública na liberdade assistida e a aproximação com as autoridades públicas que trabalham diretamente com os jovens.
- Fomentar a participação dos estudantes em liberdade assistida nas atividades de integração desenvolvidas pela escola, fazendo que ela seja parte da sua rede social e seja representativa em sua vida
- Estabelecer, nos órgãos competentes, um sistema eficaz de segunda chance aos jovens em liberdade assistida, para que frequentem programas compensatórios que lhes tragam esperança e incentivo.

Valorização dos Professores

Os relatos e reivindicações de professores/as da rede de pública de ensino tratam de uma rotina de trabalho marcada por carências e sobrecargas. Por um lado, citam os baixos salários, as péssimas condições de infraestrutura, a falta de autonomia e apoio para o desenvolvimento de projetos e de formação para lidar com dificuldades do cotidiano escolar. Por outro, citam as salas de aula lotadas, sobrecarga de funções e trabalhos burocráticos.

A combinação dessas condições afeta diretamente sua vida pessoal e, obviamente, suas relações nas unidades escolares, que, como vimos nas seções anteriores, nem sempre são harmoniosas. No entanto, segundo pesquisa da UNESCO, quando construída com respeito, companheirismo e cumplicidade, essa relação deixa lembranças para o resto de suas vidas.

Assim como outros atores escolares, o docente é peça-chave na construção de um bom clima escolar. Desse modo, sua valorização deve estar pautada em ações capazes de gerar climas de satisfação profissional caracterizados por acolhimento, suporte e condições para desenvolver seu trabalho.

Estratégias:

- Criar mecanismos e canais de ampliação da participação dos professores nas decisões das escolas, aproximando-os da direção e da equipe técnica.
- Dar apoio psicológico por meio de parcerias com equipamentos públicos de saúde e entidades profissionais e de ensino superior.
- Dar maior autonomia para o desenvolvimento de projetos específicos, como, por exemplo, atividades extraclasse.
- Dar oportunidade de formação continuada a fim de que o professor possa atualizar-se para enfrentar o cotidiano. Nos horários de trabalho pedagógico, focar a formação em temas com os quais os docentes não estão familiarizados e que podem auxiliá-los em conflitos dentro da sala de aula, como, por exemplo, mediação de conflitos.
- Estimular a aproximação entre professores e estudantes.

Você sabia?

Em uma escola pública do extremo norte de São Paulo foi realizada uma parceria com uma Faculdade de Psicologia para desenvolver um projeto de escuta e acolhimento dos professores. Uma vez por semana uma equipe de psicólogos ouve os professores e dá sugestões psicossociais.

Importância da Participação da Família e da Comunidade

A dificuldade na definição de limites, do papel e das responsabilidades da escola e da família na educação dos jovens compromete o diálogo e a aproximação dessas duas instituições.

O que não se percebe é que ambas as instituições devem desempenhar papéis não antagônicos, mas interdependentes e complementares, baseados em relações de respeito e cooperação. Essa aproximação pode acabar fortalecendo ações conjuntas para tratar de problemas cotidianos.

Sugestões para criar ou fortalecer o vínculo com a família:

- Revisão do conceito de família mediante aceitação pela escola de outros tipos de configurações familiares, além das figuras materna e paterna. Em muitos casos, avós, irmão/irmã mais velhos são os responsáveis pelos adolescentes.
- Adotar estratégias variadas para atrair a família em outras atividades na escola, também como forma de evitar que os pais ou responsáveis sejam chamados somente em situações negativas ou constrangedoras.
- Troca constante de informações sobre o andamento da vida escolar.

As condições sociais dos bairros onde as escolas estão localizadas afetam diretamente seu cotidiano, as relações e a percepção sobre segurança dos membros da comunidade escolar. Em muitos territórios, as escolas são uma das poucas instituições públicas de lazer, cultura e ponto de encontro. Por esse motivo, a unidade escolar torna-se referência e é procurada diariamente pelos moradores, em sua maioria jovens. Como se sabe, essa relação nem sempre é harmoniosa.

Como já observado, muitas escolas que obtiveram sucesso na construção de um ambiente pacífico optaram por se aproximar e abrir o diálogo com os moradores do entorno, demonstrando que a escola deve ser valorizada como fundamental no processo de construção da cidadania.

Sugestões:

- Desenhar estratégias de aproximação com a comunidade privilegiando uma linguagem simples, de fácil entendimento, que promova a socialização e a convivência.
- Aproximar a escola da comunidade entendendo suas vulnerabilidades, limites e potencialidades.
- Promover atividades de que a comunidade possa participar e com a qual possa contribuir.

No Brasil inúmeras iniciativas de abertura da escola para a comunidade vêm demonstrando ser uma excelente estratégia para reduzir níveis de violência dentro e fora do espaço escolar.

Programa Escola Aberta

Foi criado com base na constatação feita pela UNESCO de que os índices de violência envolvendo jovens são maiores nos fins de semana. Assim, foi criado o Programa Abrindo Espaços que, mais tarde, foi assumido pelo Ministério da Educação, com a ampliação dos seus objetivos: além de promover espaços alternativos de lazer, educação, informação e cultura para os jovens e suas comunidades, o programa visa construir a cultura da paz; integrar a escola e a comunidade; melhorar a qualidade da educação.

A proposta central é proporcionar aos alunos e às suas comunidades espaços alternativos para o desenvolvimento de atividades de cultura, esporte, lazer, geração de renda, formação para a cidadania e ações educativas complementares durante o fim de semana. Seu foco prioritário são os jovens.

As atividades são realizadas por meio de oficinas cujos temas são selecionados pela comunidade. As mais comuns são as oficinas de *hip-hop*, capoeira, futebol, artesanato, dança, entre outras. Em geral, os “oficineiros” responsáveis pelas atividades são talentos que residem na vizinhança. Dessa maneira, o programa Escola Aberta estreita as relações entre escola e comunidade e pretende reduzir a violência na comunidade escolar, promovendo o protagonismo juvenil.

Leia mais:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12367&Itemid=817

Programa Comunidade Presente

A proposta é sensibilizar e instrumentalizar assistentes técnicos pedagógicos (ATPs), diretores, professores, funcionários, pais e alunos, por meio de oficinas de capacitação, divulgação de cartilhas temáticas e apoio a projetos, para que as escolas sejam espaços de exercício de participação e de organização dessa comunidade.

O grande mérito do programa é ser uma iniciativa articuladora, não só de outros projetos da Secretaria de Educação como também das ações que a própria escola já realiza. A metodologia proposta pelo programa é de tal forma flexível, que torna viável sua implementação em toda a rede. São estratégias do programa:

- Identificar ações de violência existentes no ambiente escolar (mapeamento), resgatando o que a escola tem feito para minimizar essas ações e propor outras mais eficazes.
- Desenvolver estratégias de ação que promovam a socialização e a convivência por meio de atividades esportivas, culturais e de lazer.
- Implantar ações que a comunidade, juntamente com a escola, julgar necessárias.

Leia mais:

http://www.educacao.sp.gov.br/comunidade_presente/index.htm

Promoção da Cultura de Paz nas Escolas

Como vimos nas ações, projetos e sugestões apontados até agora, as estratégias das escolas para enfrentar a violência variam de acordo com os problemas enfrentados em cada lugar. Esse é um ponto-chave quando se pensa em ações de prevenção da violência: entender as dinâmicas de cada local, em vez de simplesmente replicar modelos, e então desenvolver ações relacionadas a essas dinâmicas.

Ainda que a especificidade de cada escola deva ser levada em conta, há um eixo comum que perpassa todos os pontos abordados na cartilha e diz respeito ao papel da escola na

promoção da cultura de paz, entendida como um modo de pensar e agir que respeita a diversidade, o diálogo e a negociação como estratégias para a resolução dos conflitos, e que rejeita qualquer tipo de violência no ambiente escolar.

Considerar estratégias de fortalecimento da cultura de paz com foco na juventude é muito importante, pois muitas vezes o envolvimento dos jovens com a violência – mesmo a violência letal – está relacionado a uma cultura que legitima comportamentos, atitudes e valores, reforçando estigmas, estimulando a intolerância e a violência como a única forma de se adquirir respeito e poder. Por isso, trabalhar a cultura de paz e as ações de desnaturalização da violência no ambiente escolar é essencial para promover o questionamento desses valores e atitudes e contribuir para a convivência segura. Nesse sentido, vale destacar o papel dos educadores e de todos os atores escolares no estímulo à reflexão crítica, à adoção de comportamentos não violentos e à valorização da mediação de conflitos e do diálogo.

Outro aspecto que merece atenção é a forma pela qual os jovens muitas vezes utilizam símbolos relacionados à violência para serem validados e respeitados perante seu grupo – e isso também pode e deve ser trabalhado dentro da escola. Um exemplo claro é a valorização e mesmo o porte de armas de fogo (mesmo que proibido por lei) no ambiente escolar. As armas carregam um valor simbólico muito forte na sociedade, especialmente no imaginário dos jovens, que as associam a poder, virilidade e defesa pessoal.

Apesar de não figurar entre as principais ocorrências de violência nas escolas, a presença e o uso de armas no ambiente escolar devem ser trabalhados. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde, as armas de fogo são a principal causa de morte entre jovens de 15 a 24 anos. Além do mais, quando as armas de fogo estão presentes em situações de briga e desentendimentos, aumentam muito a sensação de insegurança e a chance de esses conflitos terminarem em morte violenta.

Estratégias:

- Desenvolver uma campanha de repúdio à violência e ao uso das armas por adolescentes e jovens.
- Desenvolver, junto com os alunos, materiais de comunicação sobre o tema (filmes, cartazes, folders, spots para rádio, e outros) que possam ser disseminados para outros adolescentes e jovens.
- Mobilizar grupos de jovens para discussões e/ou outras dinâmicas (teatro, dança) que podem estar focadas, por exemplo, no uso da arma e na “cultura do machão”, promovendo a reflexão e o questionamento sobre a cultura da violência. Essas ações devem atrair tanto os jovens homens como as jovens mulheres, que acabam muitas vezes contribuindo para a valorização do “masculino, forte, que usa arma”.
- Realizar um pacto coletivo com os diversos atores (escolares e externos, como a polícia, os guardas e a segurança privada), estimulando a desvalorização de comportamentos violentos e da presença de armas na escola.

Você sabia?

Nos Estados Unidos, foi desenvolvido um programa nacional chamado *Student Pledge Against Gun Violence*, que mobiliza os jovens e os incentiva a desenvolver ações contra a violência armada. O programa consiste na divulgação de um “juramento” dos estudantes em que eles se comprometem a não usar armas e desestimular seus amigos a usarem. Além disso, o programa disponibiliza materiais de referência para professores, jovens lideranças e conselheiros comunitários, com sugestões de atividades para discutir o desarmamento nas escolas e nas comunidades. Desde 1996, 10 milhões de estudantes já assinaram o “juramento”.

Leia mais:

<http://www.pledge.org>

Projeto Luz, Câmera e Paz... nas Escolas!

Desenvolvido pela ONG Ciranda em parceria com escolas públicas do Paraná, o projeto tem como objetivo envolver adolescentes e jovens na discussão sobre a violência e as formas de superá-la, produzindo materiais de comunicação que disseminam a cultura de paz no ambiente escolar. A iniciativa parte da compreensão de que o jovem sensibilizado e estimulado a pensar a realidade que vivencia se torna, ao expor sua visão de mundo, um potencial agente de mudança.

Entre os resultados obtidos destacam-se o fortalecimento dos jovens participantes na construção de uma cultura de paz nas escolas e o envolvimento de professores e funcionários.

Leia mais:

<http://www.ciranda.org.br/camera/index.htm>

Atenção!

Leia mais sobre esse tema na cartilha **Cultura de Paz**.

Saiba mais

Para aprofundar a reflexão sobre os temas abordados na cartilha, vale ler:

- *Cotidiano das escolas: entre violências*. Miriam Abramovay (coordenação). UNESCO, Ministério da Educação, 2006
- *Manual de Proteção Escolar e Promoção da Cidadania*. Secretaria Estadual de Educação. Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2009
- *Normas Gerais de Conduta Escolar*. Secretaria Estadual de Educação. Fundação Para o Desenvolvimento da Educação, 2009
- *Prevenção da Violência e Educação para a Paz – guia para reflexão e ação*. João Monelvado. Plano Municipal de Educação, 2002-2004. São Paulo, 2004
- *Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas*. Miriam Abramovay (coordenação). RITLA, Secretaria de Estado da Educação (GDF), 2009
- *A Violência na Escola: conflitualidade social e ações civilizatórias*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.27, 2001
- *Violência nas Escolas e Políticas Públicas*. Eric Debarbieux e Catherine Blaya (organizadores). UNESCO, 2002

Sobre experiências e estratégias bem-sucedidas em escolas públicas:

- *Escola e Comunidade Contra a Violência Escolar: diagnóstico e plano de intervenção*. Maria da Silva Nadurce. Tese de Mestrado UNB, 2004
- *Escolas Inovadoras: Experiências bem-sucedidas em escolas públicas*. Miriam Abramovay (coordenação). UNESCO, Ministério da Educação, 2004
- *Estratégias Educativas para a Prevenção da Violência*. Rosario Ortega e Rosario del Rey, UNESCO, 2002

Sobre juventude, violência e estratégias de prevenção:

- *IVJ-Violência e Exposição da juventude à violência*. Prevenção da Violência entre Adolescentes e Jovens no Brasil: Estratégias de Atuação – Eixo 1. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2009
Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br>
- *Mapa da Violência 2010 - Anatomia dos homicídios no Brasil*. Julio Jacobo Waiselfisz, Instituto Sangari, 2010
Disponível em <http://www.institutosangari.org.br/mapadaviolencia/MapaViolencia2010.pdf>
- *Sistematização de Projetos de Prevenção da Violência entre Jovens*. Relatório de Pesquisa. Projeto Prevenção da Violência entre Adolescentes e Jovens no Brasil: Estratégias de Atuação - Eixo 2. ILANUD, 2010
Disponível em: <http://www.ilanud.org.br>

Créditos e Ficha técnica

Prevenção da Violência entre Adolescentes e Jovens no Brasil: Estratégias de Atuação

Ministério da Justiça

Ministro: Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

Secretário-Executivo: Rafael Thomaz Favetti

Secretário Nacional de Segurança Pública: Ricardo Brisolla Balestreri

Secretário Executivo do Pronasci: Ronaldo Teixeira da Silva

Secretário Nacional de Justiça: Romeu Tuma Júnior

Secretário de Reforma do Judiciário: Rogério Favreto

Secretário de Assuntos Legislativos: Pedro Vieira Abramovay

Secretária de Direito Econômico: Mariana Tavares de Araújo

Departamento de Políticas, Programas e Projetos

Diretor: Alexandre Augusto Aragon

Coordenação-Geral de Ações de Prevenção em Segurança Pública: Cristina Gross Villanova /
Suelen Sales (Gerente de Projetos)

Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública

Diretora: Juliana Márcia Barroso

Coordenação-Geral de Pesquisa: Luciane Patrício

Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Presidente do Conselho de Administração: Jésus Trindade Barreto Jr.

Conselho de Administração: Elizabeth Leeds - Presidente de Honra / Denis Mizne / Humberto Vianna / Jacqueline Muniz / Jésus Trindade Barreto Jr. / José Luiz Ratton Jr. / José Marcelo Zacchi / José Vicente Tavares dos Santos / Kátia Alves / Luciene Magalhães de Albuquerque / Luís Flávio Saporì / Renato Vieira de Souza / Carlos Roberto Sant'Ana da Rosa / Sérgio Roberto de Abreu / Sílvia Ramos / Wilson Batista

Secretário Geral: Renato Sérgio de Lima

Equipe do Projeto

Coordenadora: Claudia Guazzelli Charoux

Assistente: Vanessa Abdo Benaderet

Estagiária: Natalia de Oliveira Romano

Comissão Especial de Acompanhamento do Projeto Prevenção da Violência entre Adolescentes e Jovens no Brasil: Estratégias de Atuação

Reinaldo Chaves Gomes (PRONASCI/ MJ) / Marcelo Ottoni Durante (UFV) / Claudio Bandel Tusco (MJ)/ Isabel Figueiredo (MJ) / Helder Ferreira (IPEA) / Renato Sérgio de Lima (FBSP) / Paula Miraglia (ILANUD)

Supervisão e Coordenação Geral do Projeto Prevenção da Violência entre Adolescentes e Jovens no Brasil: Estratégias de Atuação

Renato Sérgio de Lima / Denis Mizne / Melina Rizzo / Paula Miraglia

Instituto Sou da Paz

Diretor executivo: Denis Mizne

Diretora de desenvolvimento institucional: Melina Rizzo

Coordenadora da área de adolescência e juventude: Mônica Zagallo Camargo

Coordenadora da área de sistematização, informação e referência: Ligia Rechenberg

Agradecimentos

Daniele Barros Duarte

Luciana Guimarães

Ficha Técnica

**Parceiro
Responsável**

Supervisão e Coordenação Geral: Reinaldo Chaves Gomes

Escolas seguras

Coordenação: Ligia Rechenberg e Mônica Zagallo

Redação: Thiago Thadeu da Rocha

Consultoria: Marlene Monteiro Pereira

Revisão: Solange Martins

Edição de Arte: URBANIA

Tiragem: 1800 exemplares

Data: Maio/2010



Escolas seguras

01

A escola é o local onde são construídos e compartilhados saberes, identidades e valores definidores na construção da cidadania e da vida em sociedade. É também um espaço de sociabilidade e convivência entre diferentes. Como consequência desse encontro, surgem antagonismos que, transformados em conflitos, podem ou não assumir formas violentas. Nesse ponto, chama a atenção o alto número de casos de violência ocorridos nas escolas brasileiras, sendo os jovens, sobretudo, as principais vítimas e protagonistas.

Esta cartilha pretende contribuir para a reflexão sobre a relação entre escola, juventude e prevenção da violência. O espaço escolar é um lugar estratégico para se trabalhar a prevenção, já que pode ser palco de aprendizado da prática cidadã com enorme potencial para a formação de lideranças e a construção de formas pacíficas de relação social e promoção dos direitos.